

Políticas, programas e projetos de valorização da informação arquivística num contexto de reforma do Estado

Pedro Penteado (DGLAB)

Diretor de Serviços de Arquivística e Normalização

pedro.penteado@dglab.gov.pt

Sumário

- 1. Pergunta de partida
- 2. Contexto atual da reforma do Estado
- 3. Que política de arquivos em contexto de reforma ?
- 4. . Políticas, programas e projetos atuais (seleção)
- 5. Novas políticas no horizonte?
- 6. Questões finais

1. Perguntas de partida

Que políticas, programas e projetos existem na DGLAB para valorizar a informação arquivística produzida pela Administração Pública?

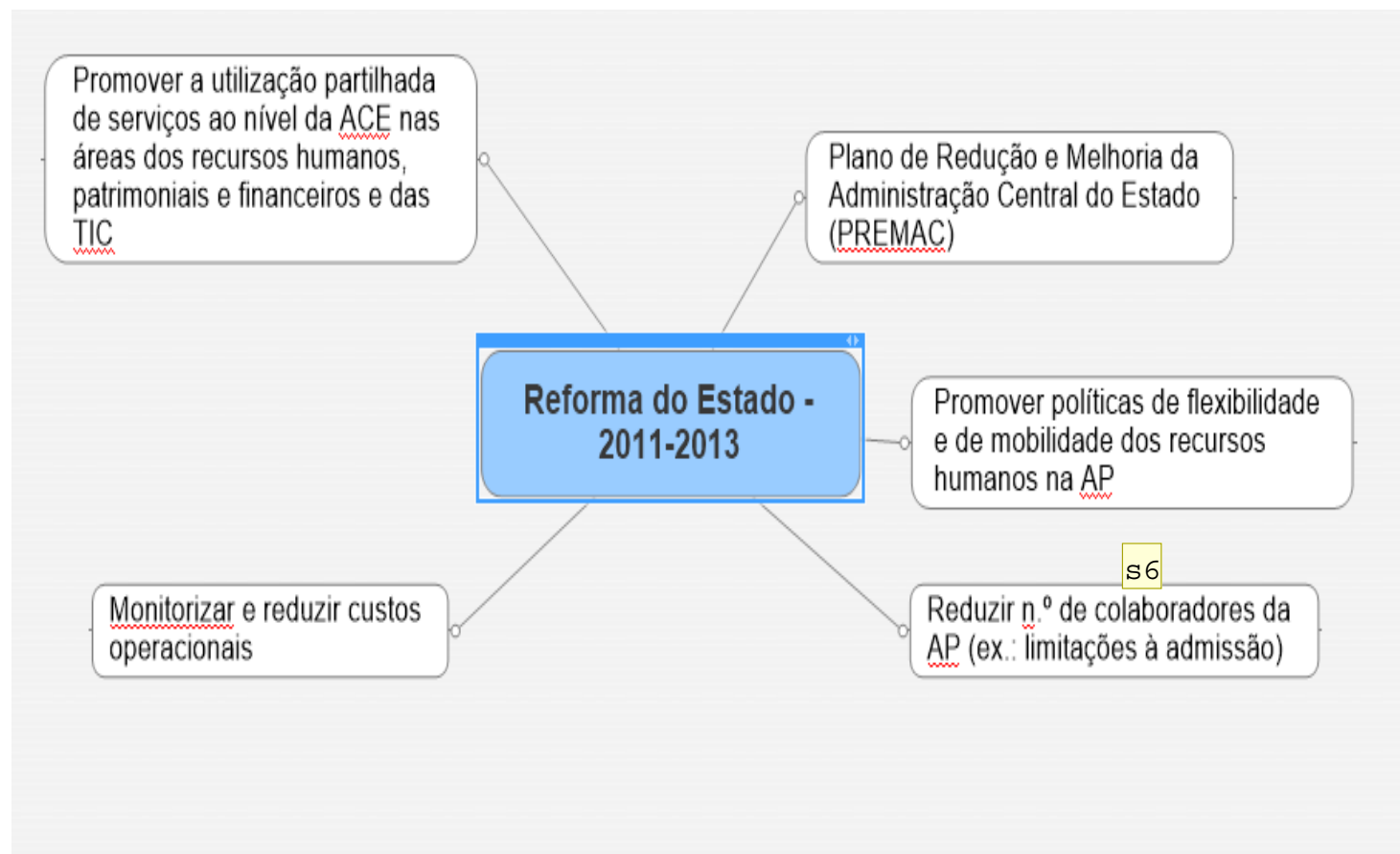
5

1

Até que ponto estão adaptadas ao atual contexto de reforma do Estado?

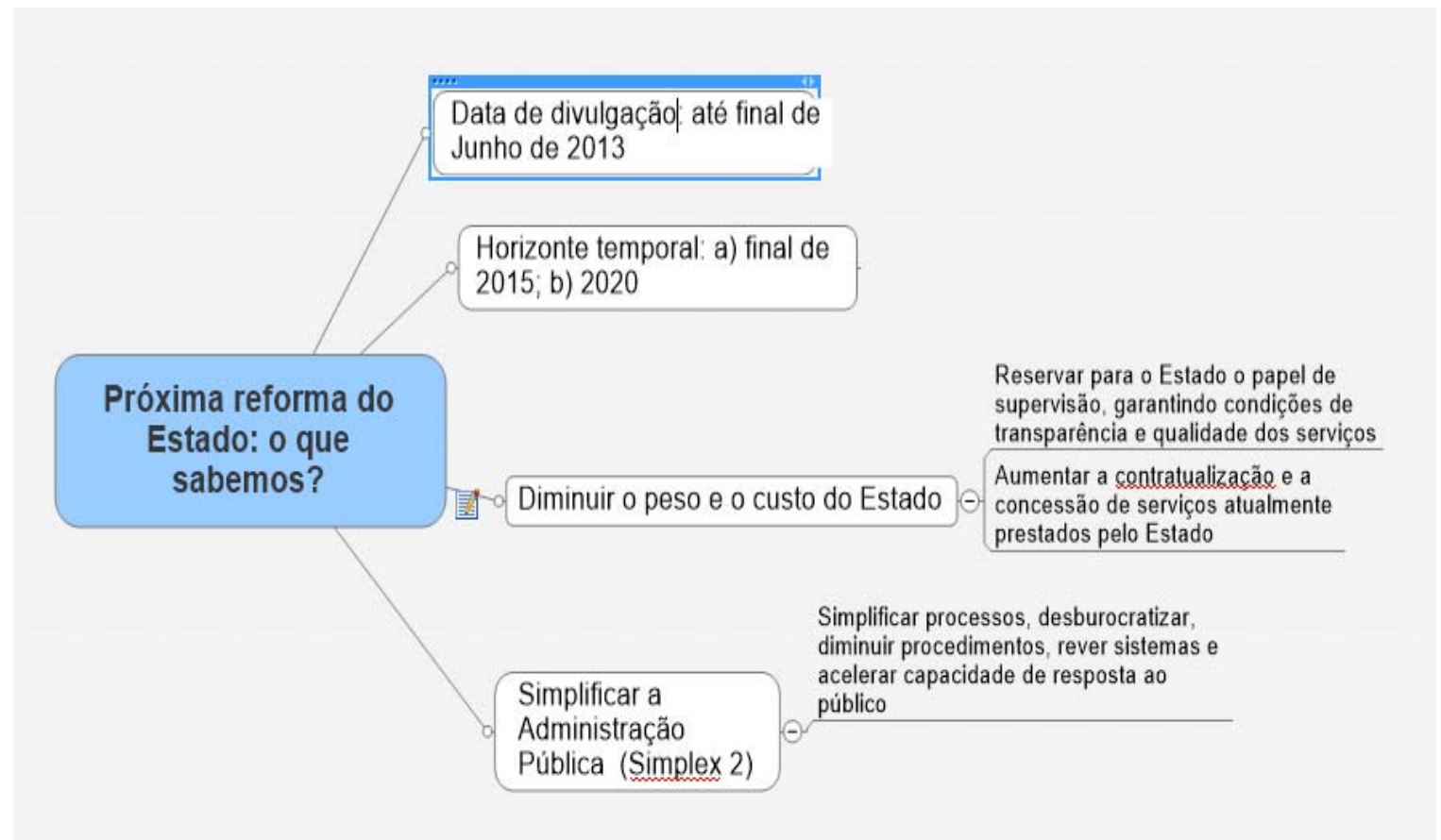
2

2. Contexto atual da reforma do Estado (I)



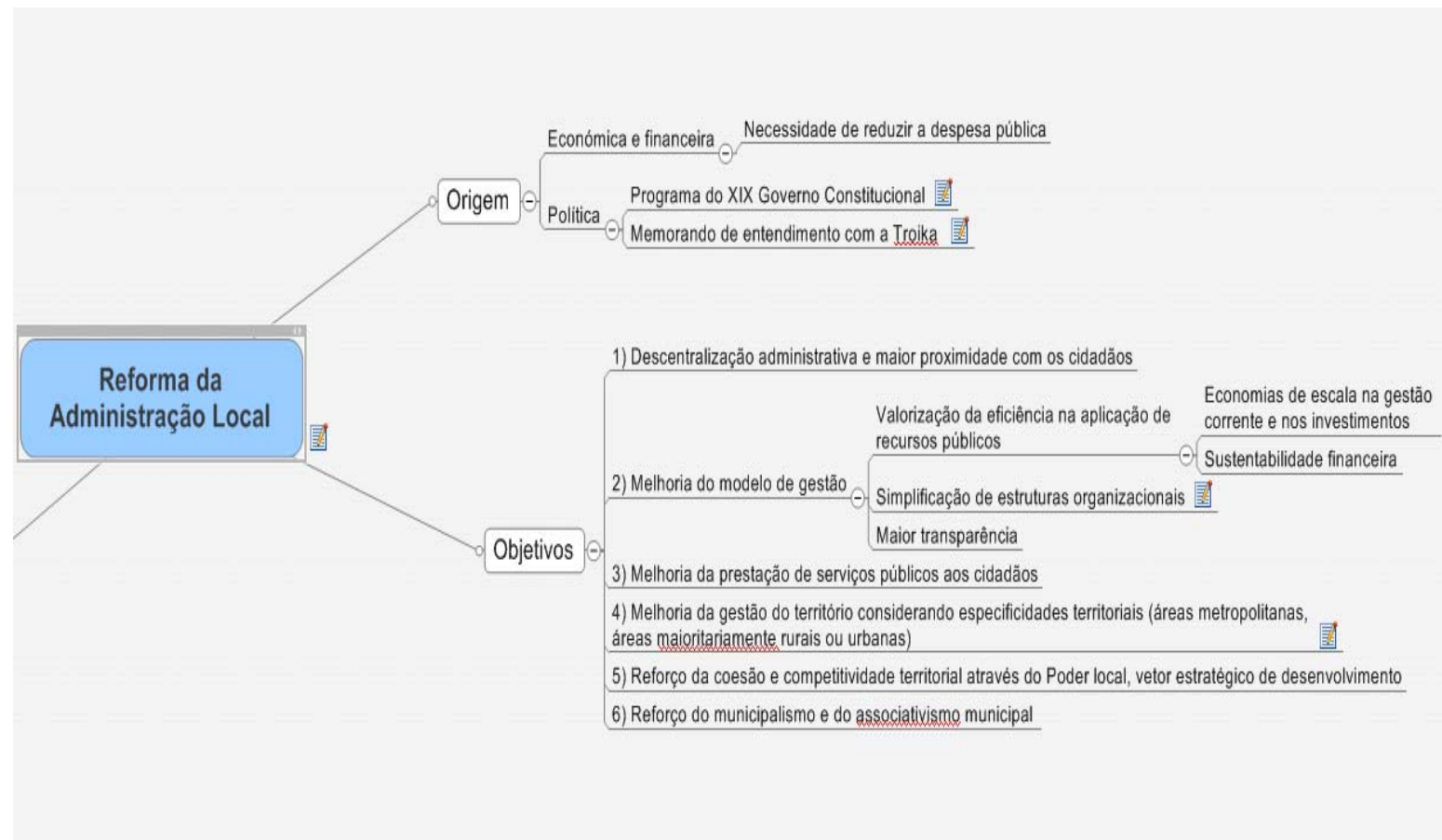
Reforma da Administração Central: principais eixos (I)

2. Contexto atual da reforma do Estado (II)



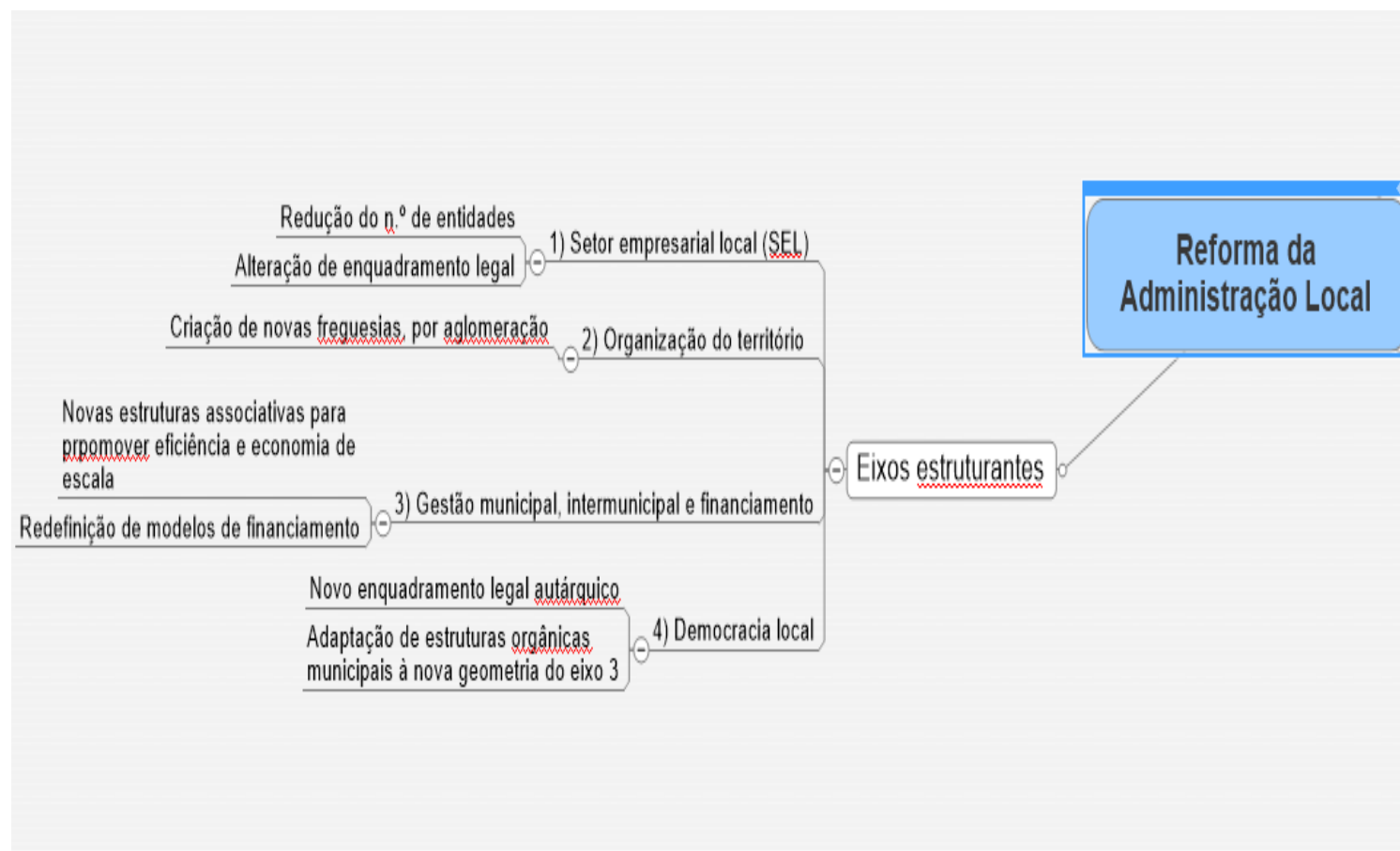
Reforma da Administração Central: principais eixos (II)

2. Contexto atual da reforma do Estado (III)



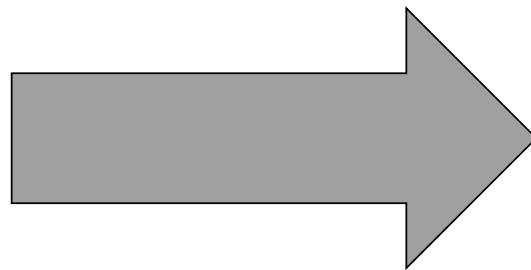
Reforma da Administração Local: perspetiva governamental (I)

2. Contexto atual da reforma do Estado (IV)



Reforma da Administração Local: perspetiva governamental (II)

3. Que política de arquivos em contexto de reforma ? (I)



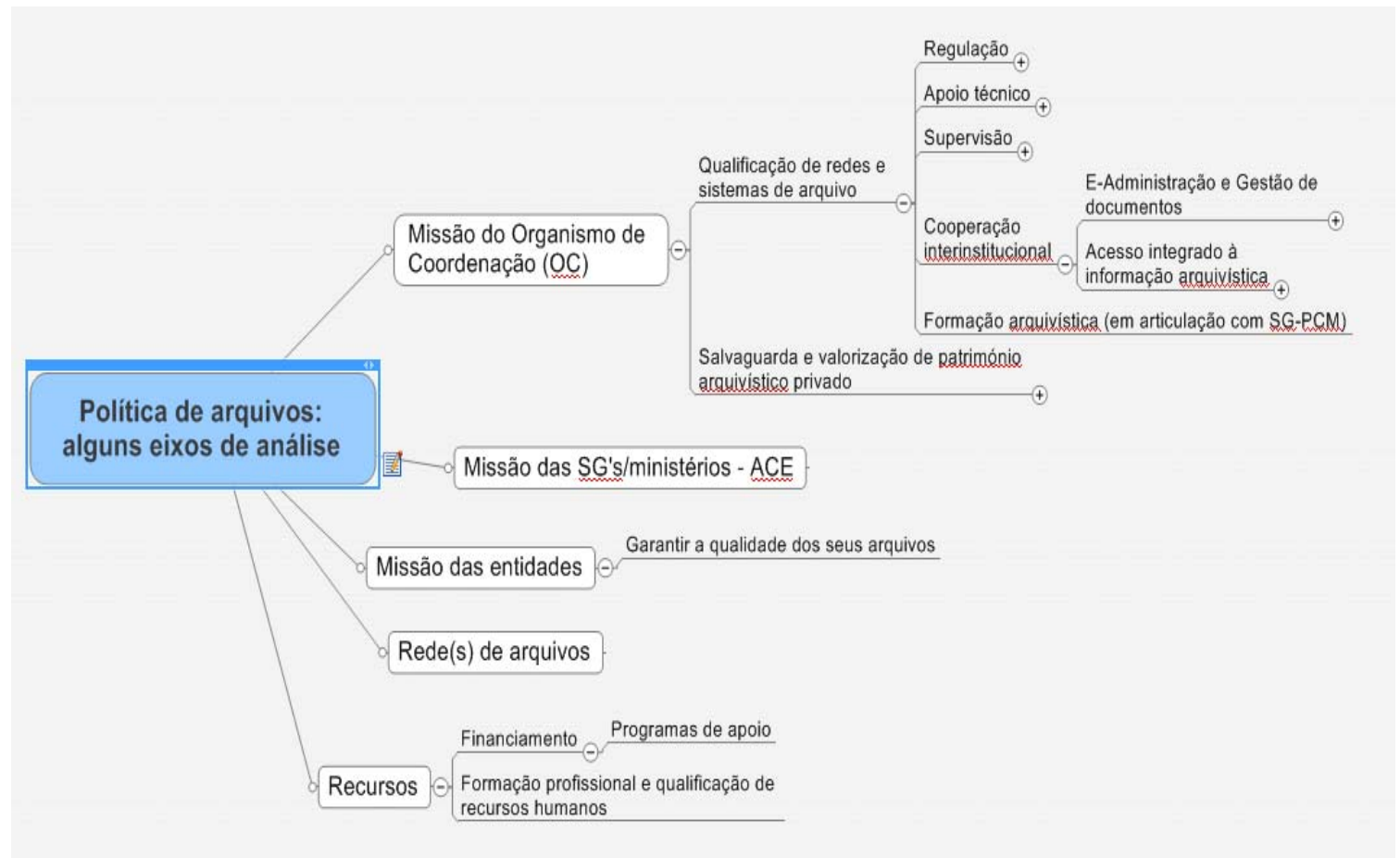
Até onde é possível ter uma política de arquivos ajustada com os objetivos de reforma do Estado?

3. Que política de arquivos em contexto de reforma ? (II)

Uma política de arquivos ajustada com os objetivos de reforma do Estado deve focar-se em:



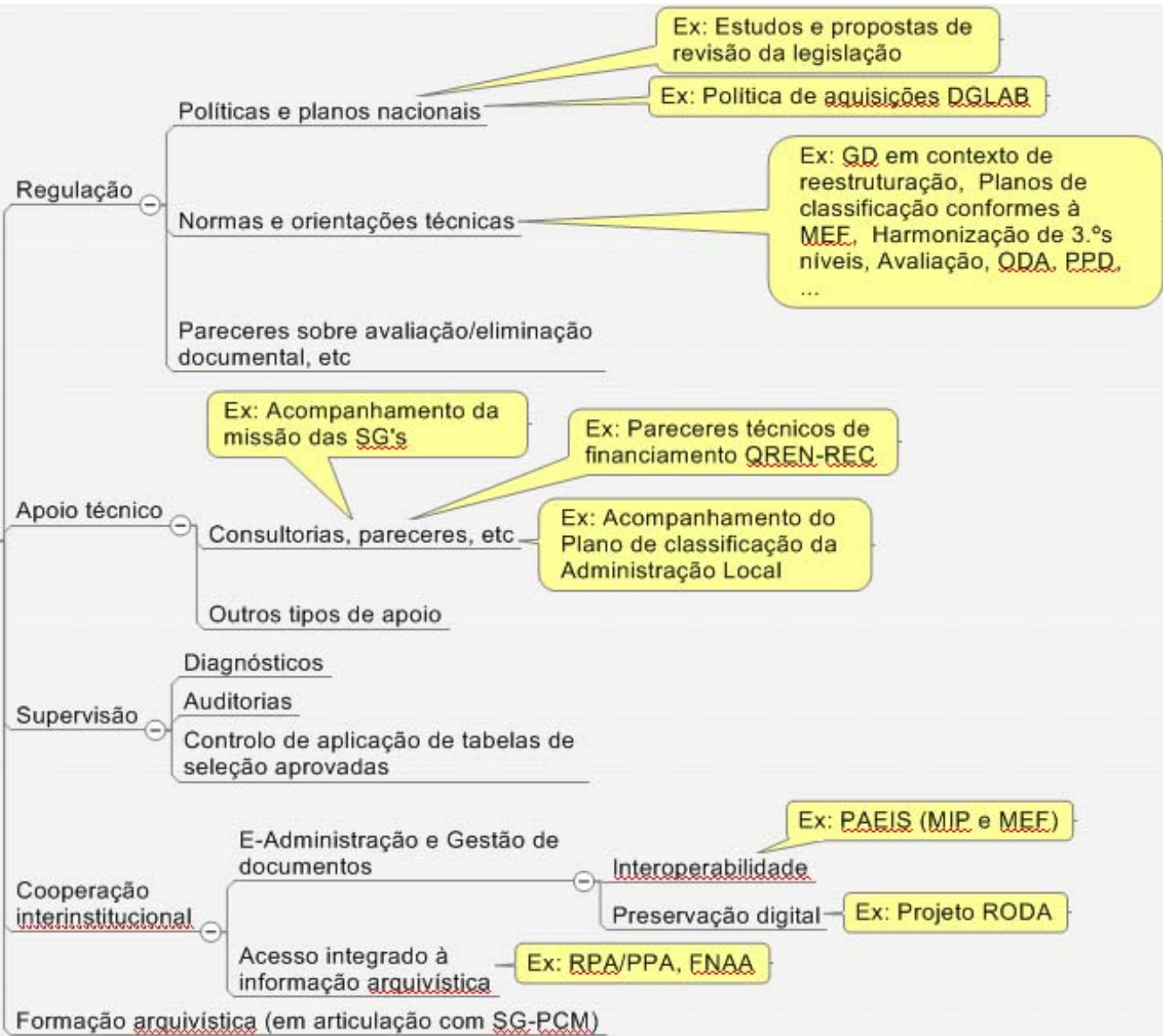
4. Políticas, programas e projetos atuais (seleção) (I)



Modelo de análise

Organismo de coordenação (OC)

1-Qualificação de redes e sistemas de arquivo



4. Políticas, programas e projetos atuais (seleção) (III)



Modelo PRACE/PREMAC de gestão de documentos – ACE
Perspetiva DGLAB

4. Políticas, programas e projetos atuais (seleção) (IV)

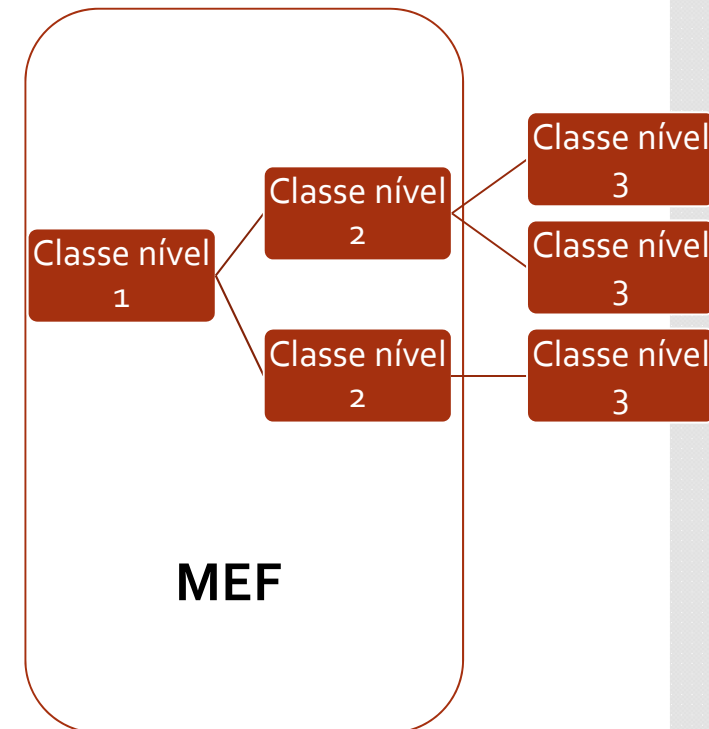
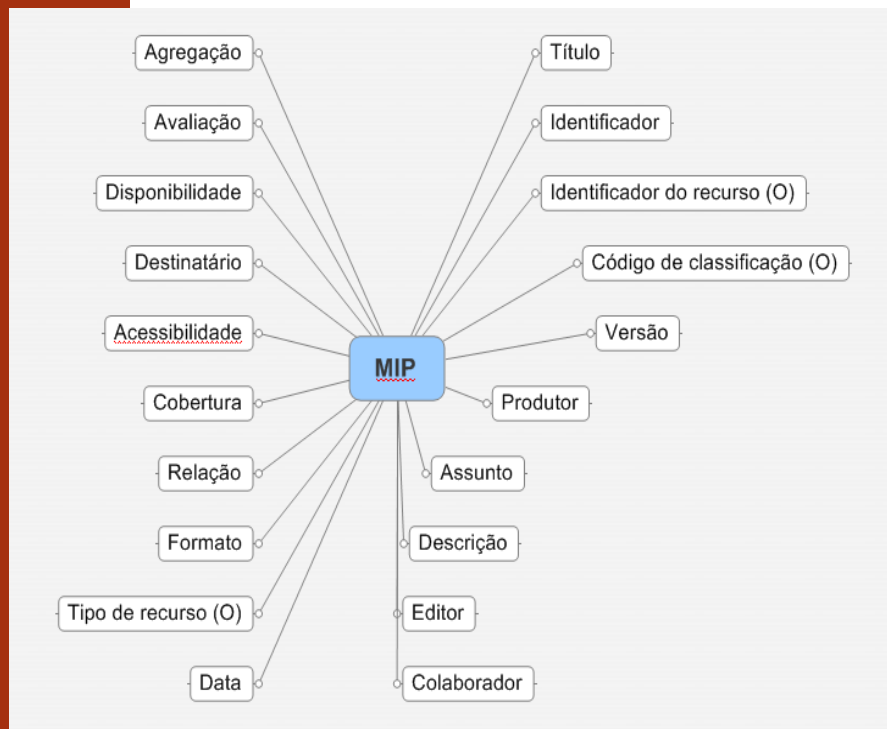
Diagnósticos à situação arquivística do Estado: ACE - 2010 e 2012

Destino da documentação de arquivo (suporte analógico) transferida				
	SG		ORG	
	2010	2012	2010	2012
Depósito ou repositório da própria entidade	-	-	68%	68%
Depósito ou repositório do Arquivo Nacional	0%	15%	3%	2%
Depósito ou repositório de arquivo distrital		0%		2%
Depósito ou repositório da SG	100%	77%	10%	11%
Depósito ou repositório de documentação numa entidade externa à AP	14%	31%	3%	8%

Modelo PRACE/PREMAC de gestão de documentos: fracos níveis de recolha da documentação de uso não corrente dos organismos pelas Secretarias-Gerais

4. Políticas, programas e projetos atuais (seleção) (V)

PAEIS – Programa Administração Eletrônica e Interoperabilidade Semântica



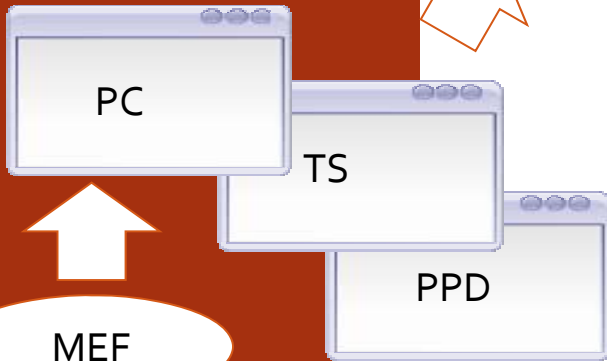
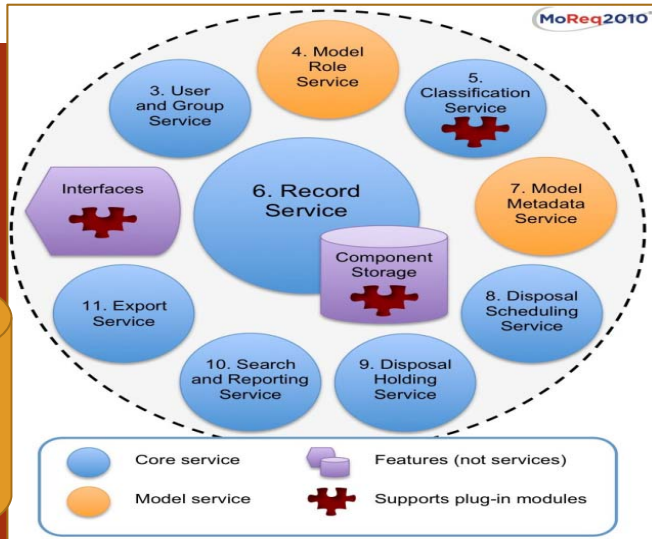
MIP e MEF*: referenciais DGLAB para a interoperabilidade semântica (2006-...)

* - MIP= Metainformação para a Interoperabilidade; MEF = Macroestrutura Funcional

4. Políticas, programas e projetos atuais (seleção) (VI)

- **PAEIS – “Programa Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica”**
- Nova designação do anterior Programa “Governo eletrónico e interoperabilidade”
- Âmbito: organismos da Administração Central e da Administração Local, após MEF 2.0 (2013)
- Objetivo geral:
 - Produzir e implementar referenciais e outros instrumentos destinados a facilitar a interoperabilidade semântica na Administração Pública e nas entidades públicas com que esta se relaciona e que executam funções do Estado.
- Obrigação de **aplicar o MIP e a MEF** no sistema de arquivo que utilizam, no prazo de 2 anos após a aceitação da adesão, por parte da CE.
- Podem aceder e usufruir dos produtos e serviços inerentes ao Programa (ex.: consultoria, formação, workshops, etc).
- N.º de aderentes: > de 50 entidades da ACE

Visão DGLAB: Da MEF à (re)utilização da informação

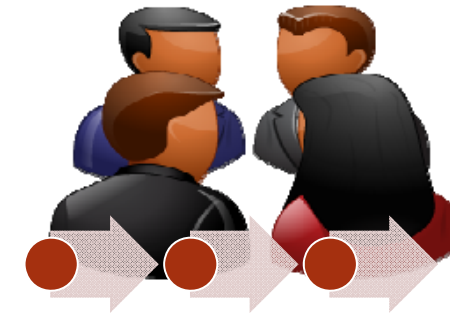


MEF

MIP



interoperabilidade



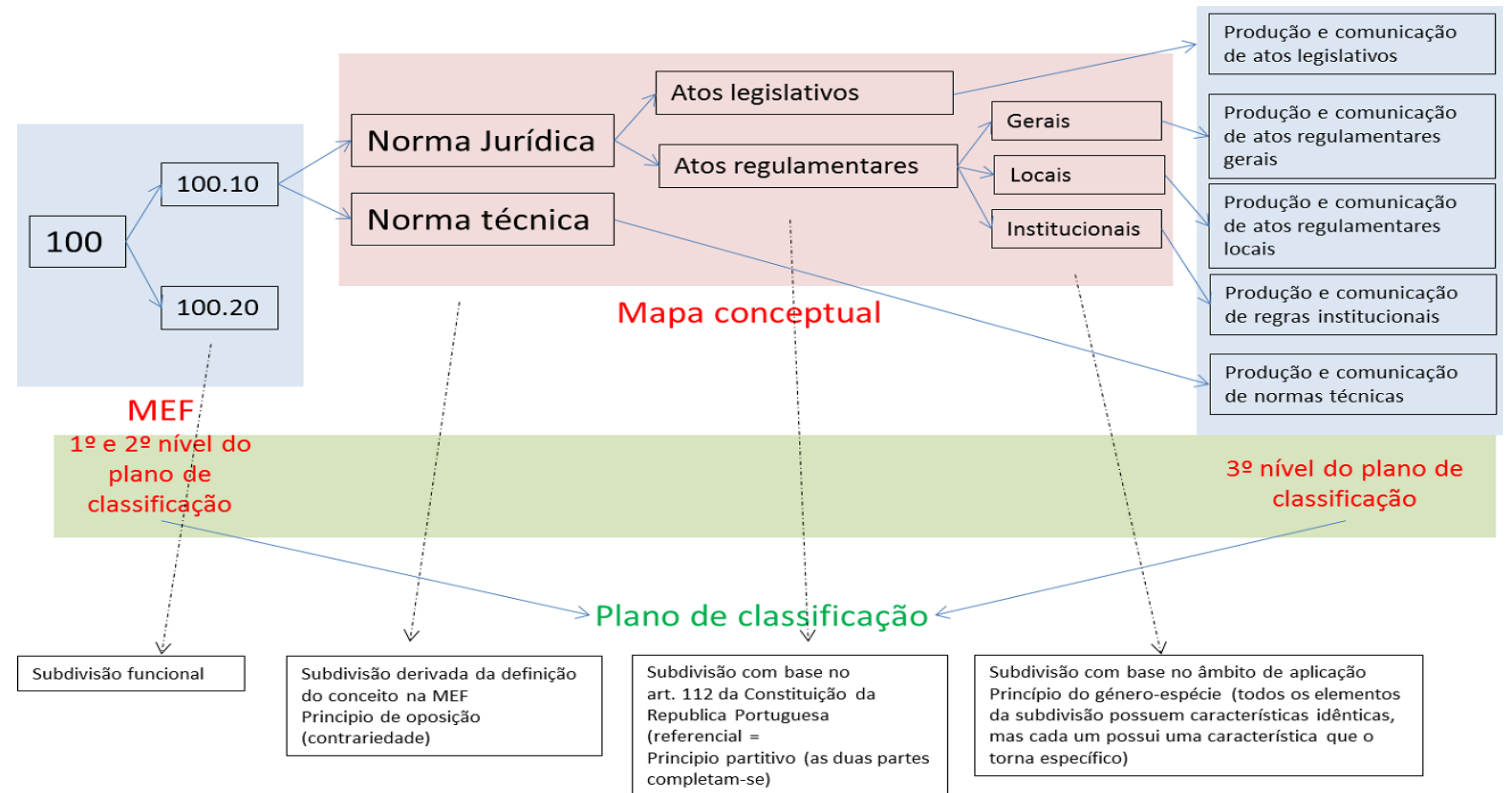
[Alinhamento com o Quadro Europeu de Interoperabilidade e o RNID]

4. Políticas, programas e projetos atuais (seleção) (VIII)

500	SUPERVISÃO, CONTROLO E RESPONSABILIZAÇÃO	Relativo às atividades de verificação da legalidade e da conformidade às normas, orientações e boas práticas, conduzidas por autoridades ou entidades autorizadas de regulação, de certificação e de supervisão, por autoridades de inspeção, ou pelos próprios organismos sobre os respetivos serviços, nomeadamente quando procedam a auditorias internas. Inclui o eventual subsequente processamento de ações de responsabilização, quando sejam de competência administrativa, bem como eventuais recursos hierárquicos e tutelares.	
500.10	Inspeção, auditoria, fiscalização e monitorização de conformidade à norma	Compreende os processos de verificação da conformidade legal, regulamentar e/ou normativa dos atos, produtos ou serviços de uma qualquer entidade singular ou coletiva, pública ou privada.	
500.10.01	Fiscalização de operações urbanísticas	Verificação da conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Inicia com denúncia de irregularidades ou na sequência de ações de rotina por parte da administração e termina com auto de fiscalização ou com o auto de notícia. Inclui o relato pormenorizado das ocorrências testemunhadas e respetiva fundamentação legal. Pode incluir o envolvimento em regime de colaboração, de autoridades policiais ou empresas privadas habilitadas a efetuar inspeções.	Fiscalização de operações urbanísticas Fiscalização de obras ilegais Auto de fiscalização Auto de notícia Livro de obra Vistoria
500.10.02	Controlo metrológico	Avaliação periódica da conformidade dos instrumentos de medição. Inicia com requerimento do proprietário ou por iniciativa dos serviços de fiscalização e termina com o justificativo do pagamento da taxa. Inclui a aposição de símbolo de verificação metrológica no instrumento de medição.	Aferição de taxímetro Aferição de balança Instrumento de medição de massa Contador de tempo Parcómetro Contador de água
500.10.03	Fiscalização de utilização de fogos e	Verificação da legalidade da ocupação de fogos e espaços, no sentido de prevenir ocupações abusivas ou contrárias às condições aprovadas.	Averiguação de ocupação irregular

Plano de classificação para a Administração Local (v. 01, 2012) (em revisão), com acompanhamento técnico DGLAB

4. Políticas, programas e projetos atuais (seleção) (IX)



Ex. de metodologia DGLAB para harmonização dos 3.ºs níveis em Planos de classificação conformes à MEF

Trabalho colaborativo (em curso até Junho de 2013)

5. Novas políticas no horizonte? (II)

- **Modelo de valorização da informação pública (2012)***
- AMA, DGLAB e outras entidades procuram definir requisitos obrigatórios para qualificar sistemas de arquivo (e SEGA's);
- Referenciais: ISO 30300, NP 4438, Moreq 2010, etc;
- Propostas para modelo de governação/responsabilidade;
- Requisitos;
- Auditoria;
- Interoperabilidade semântica (MIP+MEF obrig.)
- Preservação digital;
- Modelo de maturidade;
- Adesão obrigatória da Administração Local



Modelo de governação tripartido: caso ACE

*-Em apreciação para futura RCM.

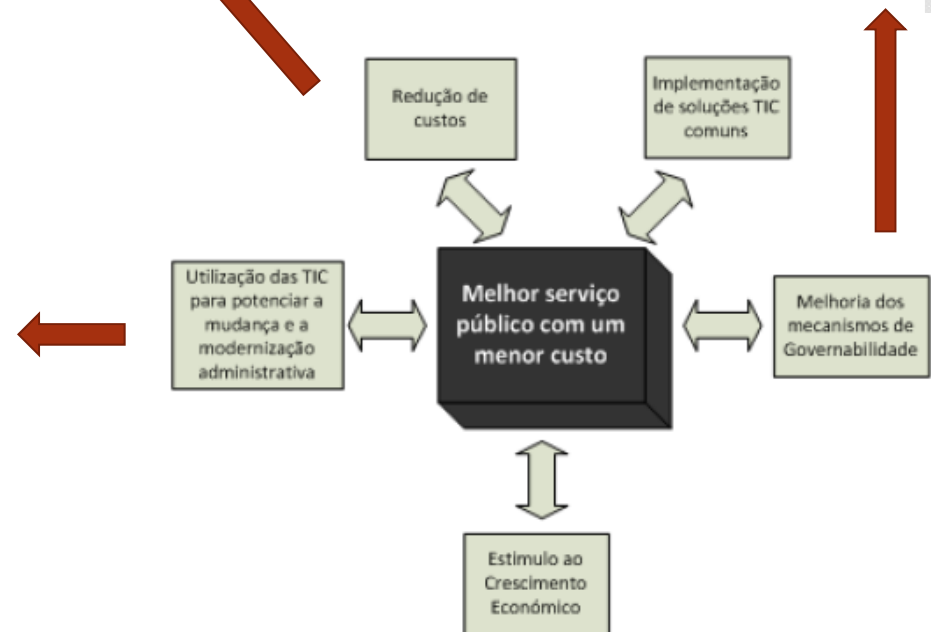
5. Novas políticas no horizonte? (I)

• RCM 12/2012 - Medida 15 – Central Eletrónica dos Arquivos de Estado

- Racionalização/centralização de centros de dados
- ...

- Modelo de governação TIC
- Racionalização ministerial da função informática
- Normas e guidelines TSI
- Estratégia nacional de segurança da informação
- ...

- Interoperabilidade
- Assinatura eletrónica
- Desmaterialização e automatização de processos
- Central eletrónica dos arquivos de Estado
- ...



5. Novas políticas no horizonte? (II)

- ▶ **Medida 15 – Central Eletrónica dos Arquivos de Estado:**
- ▶ “Esta medida visa a **deslocalização** dos diferentes arquivos em papel das várias instituições públicas para uma única localização numa zona de baixo custo imobiliário. Esta deslocalização seria acompanhada da **digitalização** do arquivo em formato digital, tornando o seu **acesso** fácil, imediato e de baixo custo”.



	Ação	Responsabilidade	0-6 m	6-12 m	12-24 m	25-48 m
1	Diagnóstico detalhado da situação arquivística do Estado	DGLAB	•			
2	Elaboração de um estudo de valorização do património imobiliário a libertar e plano de implementação	AMA, MF, DGLAB	•	•		
3	Execução de Piloto	DGLAB, ministério piloto			•	
4	Massificação	DGLAB				•

Questões finais

- 1. Quais as políticas, programas e projetos atuais que têm futuro, no contexto de mudança que vivemos?
- 2. O modelo de “Gestão da informação responsável e valorizada” tem condições para se afirmar?
- 3. Qual o alcance, os limites e os riscos que o modelo inerente à RCM 12/2012 pode trazer à gestão da informação na Administração?
- 4. Podemos potenciar os recentes diagnósticos desencadeados pela RCM 12/2012 para um melhor conhecimento da realidade e um debate esclarecido em torno do estabelecimento de políticas públicas participadas para os arquivos da Administração Pública?
- 5. Qual a política de arquivos e a estratégia mais adequada para os próximos contextos de atuação da Administração Pública e da A. Local em particular?

Políticas, programas e projetos de valorização da informação arquivística num contexto de reforma do Estado

Pedro Penteadó (DGLAB)

Diretor de Serviços de Arquivística e Normalização

pedro.penteadó@dglab.gov.pt

**Muito obrigado pela
vossa atenção!**